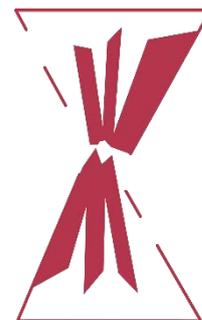


A história nacional segundo o Visconde de Porto Seguro: os dotes necessários ao historiador

The national history according to the Visconde de Porto Seguro: the necessary skills of the historian



SÁ, Ana Priscila de Sousa*

RESUMO: O artigo analisou o que o paulista Francisco Adolfo de Varnhagen entendia como os dotes necessários ao historiador. No opúsculo *Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil*, o futuro Visconde de Porto Seguro assinalou que o historiador precisava ser a um tempo erudito, filósofo, literato e até poeta. No essencial, as prescrições do autor informam sobre um modelo de escrita da história no Oitocentos brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Varnhagen; escrita da história; Império do Brasil.

ABSTRACT: The article analyzed what the paulista Francisco Adolfo de Varnhagen understood as the necessary gifts to the historian. As the nationality in Brazilian history must be understood, the future Visconde de Porto Seguro pointed out that the historian had to be both a scholar, a philosopher, a literary man, and even a poet. Essentially, the author's prescriptions inform about a model of writing history in the eighteenth century.

KEYWORDS: Varnhagen; writing of history; Empire of Brazil.

Recebido em: 08/08/2019
Aprovado em: 10/09/2019

* Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís, estado do Maranhão (MA), Brasil. E-mail: priscilareds@hotmail.com

Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, poderia ter iniciado a *História Geral do Brasil* (1854-1857-1877, ou qualquer outra) como Jules Michelet o fizera no “Prefácio” de 1868 de sua *História da Revolução Francesa*: “Uma palavra sobre como se fez este livro. Ele nasceu no seio dos Arquivos” (MICHELET, 2010, p. 98). A referência aos arquivos se apresentou logo no título da obra: *História Geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Varnhagen investigava, colhia, copiava, anotava, preparava sua obra. Na *Correspondência ativa*, que contém 242 cartas dirigidas a amigos, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Imperador D. Pedro II, coligida por Clado Ribeiro de Lessa, em várias ocasiões deu notícia de seu deslocamento por diversas cidades e países em busca de documentação, inédita de preferência.

Varnhagen nasceu em Sorocaba/SP no dia 17 de fevereiro de 1816, nas terras da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema onde seu pai, o engenheiro alemão Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, foi diretor e um dos pioneiros na fundição de ferro no Brasil. Em 1823, a mãe D. Maria Flávia de Sá Magalhães e os filhos foram ao encontro de Friedrich Varnhagen, agora nomeado administrador das matas portuguesas. No final de 1825, Francisco Adolfo entrou para o Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, concluindo-o em 1832. Em seguida, matriculou-se na Academia da Marinha e em 1834 findou seus estudos militares na Academia de Fortificações. Frequentou, entre outros, cursos de Química, Botânica, Mineralogia, Física, Zoologia, Paleografia e Diplomática, o que já demonstrava um interesse pela pesquisa de arquivo (LESSA, 1954, p. 89-99). Colaborou em periódicos influentes no cenário das letras portuguesas como o jornal *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*. Trabalhou mais de três décadas na diplomacia imperial, prestando serviço em: 1842-1847: Lisboa/Portugal; 1847-1858: Madri/Espanha; 1859: Paraguai; 1861-1863: Venezuela (cumulativamente com a representação na Colômbia e Equador); 1863-1867: Peru (cumulativamente com Chile e Equador); 1868-1878: Viena/Áustria, vindo a falecer em junho de 1878 na capital do Império Austro-Húngaro, aos 62 anos de idade.

Do trabalho de décadas, ele fez sua *História Geral*. Mas que relato era esse e como o historiador brasileiro deveria escrevê-lo? O artigo lançou algumas luzes sobre a escrita da história segundo o historiador e diplomata paulista, importante artífice da historiografia brasileira oitocentista.

Varnhagen e a escrita da história nacional

Escrever uma história geral foi ideia presente nos planos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde sua fundação em 1838. Contudo, já em 1839 Raimundo José da Cunha Mattos¹, um dos sócio-fundadores, ponderou que por ora não convinha, “nem é possível escrever de um só jato a história geral do império do Brasil, que seja digna dele e faça honra aos membros deste Instituto, que de tal tarefa houverem de ser encarregados” (MATTOS, 1863, p. 122), o que indicava as dificuldades com o trabalho de coleta e armazenamento das fontes colhidas em vários pontos do Império e enviadas ao Rio de Janeiro, sede da agremiação, bem como a falta de um padrão de escrita e aparato crítico capaz de reconstituir o passado que se pretendia narrar. O Instituto se deu conta de que seria um árduo e longo trabalho, mas, em algum momento, destes esforços deveria surgir essa história, estabelecida e escrita por um brasileiro que exaltaria, mais do que o seu próprio nome, a honra de todos os nacionais. Era preciso reafirmar as diferenças entre uma história geral entendida em termos processuais e as outras formas mais habituais de escrever história.

Uma alteração interessante na definição do vocábulo história foi apresentada pelo *Dicionário* de Eduardo de Faria de 1859 que, mantendo a ideia de história como narração escrita de sucessos políticos, civis, etc., acrescentou como sinônimos a história universal e a geral. Enquanto a universal compreenderia todos os povos e nações conhecidas, em todas as idades, narrando os sucessos de cada uma delas e suas relações entre si, a história geral narraria todos os sucessos de uma nação ou povo, de seu princípio até os tempos modernos (FARIA, 1859, p. 326). Escrever um exemplar deste segundo tipo foi a pretensão de Varnhagen desde, pelo menos, 1840.

Em 1854, a *História Geral* foi publicada com grandes expectativas de seu autor, mas recebida com apatia pelo Instituto, cujo nome figurou na capa. A epígrafe nela apresentada já dava mostras do ânimo do autor: “A importância de uma História Geral de qualquer Estado independente é reconhecida em todo o país culto” (VARNHAGEN, 1854, s/p). A frase do Visconde de Cairu (1756-1835), alto nome da intelectualidade luso-brasilica setecentista, indicava a valorização da obra, uma história geral, como Varnhagen ora oferecia, era necessidade reconhecida por autoridades letradas como Cairu, apreciado como o primeiro economista brasileiro, no sentido de introdutor da Economia Política no Brasil.

¹ Junto com Januário da Cunha Barbosa, Cunha Mattos foi um dos fundadores do IHGB em 1838. Membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), órgão que visava a incentivar o progresso e o desenvolvimento do país, propuseram a criação daquela que foi a principal instituição letrada do Império.

Falando em epígrafes, a escolhida para iniciar o “Prefácio” do Tomo II (1857) foi analisada por Taíse Quadros como indício de que Varnhagen se encontrava muito ligado ao país no qual se formou intelectualmente. Sua relação com o insigne representante da Ilustração portuguesa Conde de Ericeira produziria uma ponte até a historiografia lusa e suas regras de erudição, apontando também para a tensa contradição de fazer parte de duas nações distintas, separadas recentemente. Para a autora, o Brasil, como pátria de nascimento e escolha intelectual, nunca atenuou em Varnhagen a presença da erudição lusa adquirida em seus anos de formação e experiência nos meios aristocráticos daquele país. Nesse sentido, o historiador ocupava uma posição difícil em um tempo de severa recusa das heranças lusitanas e afirmação dos aspectos autóctones (SILVA, 2006, p. 14). A epígrafe em questão, pertencente ao “Prefácio” do livro *Portugal Restaurado* (1698), afirma:

“Uma das maiores empresas do mundo (dizia o conde da Ericeira, D. Luiz de Meneses) é a resolução de escrever uma história; porque além de inumerável multidão de inconvenientes, que é necessário que se vençam, e de um trabalho excessivo... no mesmo tempo em que se pretende lograr os frutos de tantas diligências, tendo-se obtido formar o intento, vencer a lição, assentar o estilo, colher as notícias, lançar os borradores, tirá-los em limpo, conferi-los e apurá-los, quando quem escreve se anima na empresa... - então começa a ser réu, e réu julgado com... excessiva tirania” (VARNHAGEN, 1857, p. V).

Ao lado de um “pertencimento” ao circuito historiográfico português, também é possível que a escolha da citação de Ericeira tenha atendido a um procedimento frequente em Varnhagen de recorrer a autoridades no assunto como argumento a favor de seu trabalho. A frase era pontual e tinha o sentido explícito de se defender da censura de seus leitores mais esclarecidos, dada a envergadura do trabalho que então tornava público, além de informar um pouco sobre seu caminho metodológico de pesquisa. A citação adiantava elementos que voltariam ao longo do “Prefácio”. Outro aspecto: para alguém que recebeu educação esmerada e ocupou cargos de destaque, ser erudito era requisito básico, independentemente de onde se desse essa formação. O silêncio com que a obra foi recebida pelo IHGB se apresentou mais como questão de divergência de “origem”, pelo autor ter uma postura diferente quanto aos índios. Varnhagen valorizou muito essa aproximação, mas parece exagero conduzir a alguma reflexão segundo a qual, de certa forma, ele visou escrever uma história de Portugal onde o Brasil figurasse como parte importante, ou “excrescência portuguesa”, como anotou Armelle Enders (2014, p. 99).

Existiam muitas variáveis a serem consideradas a exemplo da formação intelectual naquele país, a defesa da Monarquia como modelo de governo ideal para o

Brasil, a dedicatória ao Imperador, mas afirmar algo desse tipo invalidaria, por exemplo, as tentativas de construção de uma narrativa sobre o Brasil tomando a proclamação da Independência como fio condutor, num esforço do qual Varnhagen não foi o único participante. A razão para as escolhas de Varnhagen parece razoavelmente manifesta levando em consideração o conjunto de sua obra: ele teceu um enredo de modo a articular uma origem europeia que conferisse um ordenamento e civilização à jovem nação brasileira que, até antes da chegada do colonizador, era habitada por sujeitos que ele considerava selvagens e motivo de vergonha para um país que se pretendia poderoso e respeitável no continente e diante da Europa. Certamente não há uma explicação simplista, por isso as diferentes interpretações.

Em um horizonte ampliado, Taise Quadros procurou questionar as supostas raízes apenas nacionais da historiografia brasileira, preocupação dos autores oitocentistas imersos num clima de negação e rechaço da lembrança colonial. O discurso destes era de afirmação do verdadeiramente nacional, em contraposição ao que recordasse a condição anterior, mas seria dificultosa uma cisão completa, cultural principalmente, de um laço desse tipo, a situação era a de pouco mais de três décadas de independente e passados mais de três séculos como Colônia. Ademais, a elite política e/ou social brasileira tinha formação em Portugal, Coimbra, sobretudo. Houve em 1822 a ruptura político-administrativa, o que não significava a inexistência, na prática, das influências de formação que basicamente todo esse grupo de letrados teve, entre eles Varnhagen.

Novamente a questão de fundo: não se estava engendrando uma escrita sob o ponto de vista nacional? Não era questão de enjeitar completamente a herança lusa que, além de ter constituído o irrevogável passado, formava seu elo com a civilização europeia. Um passado como campo de experiências que, iluminado pelo presente, trazia a figura de uma identidade (ARAÚJO, 2008, p. 155). O imperativo era, pois, afirmar um presente e um futuro brasileiros.

Antes da *História Geral*, uma resposta ao imperativo da história pátria foi dada pelo ex-general Inácio de Abreu e Lima². No “Prefácio” do seu *Compêndio da História do Brasil* (1843), declarou que seu objetivo era “lançar uma pedra no cimento do edifício” que o Instituto estava construindo em prol da história pátria, e se apressou em informar

² Inácio de Abreu e Lima foi um militar pernambucano que teve atuação destacada no processo de Independência e instalação de Repúblicas na antiga América espanhola, embora no Brasil fosse monarquista assumido. No início da década de 1840 publicou o *Compêndio* cuja premissa era, como o nome revela, reunir escritos de outros autores que se ocuparam em estudar e escrever sobre história do Brasil, aspecto esclarecido pelo próprio Lima no Prefácio da obra. Varnhagen escreveu um parecer sobre a obra para a Revista do IHGB, acusando o militar de plágio, por seu trabalho ser bastante assentado sobre o livro de Alphonse de Beauchamp que, segundo Varnhagen, copiou a obra de Robert Southey (LIMA, 1843).

que muito pouco do trabalho era de “própria lavra”, porque se serviu “em grande parte do trabalho alheio”, ou seja, o *Compêndio* se tratava de uma compilação de vários autores que julgara mais habilitados, buscando reunir com eles o maior número de fatos que lhe foi possível, organizando-os em série por meio de uma “muito exata dedução cronológica”, dizendo contentar-se em “assinalar os fatos sem nenhuma reflexão”, pois,

[...] antes quis passar por simples cronista do que por historiador, reservando minhas opiniões para não parecer temerário. E de certo, é quase impossível a imparcialidade na história contemporânea; qualquer juízo acerca de um fato, por imoral ou desonroso que seja, achará sempre quem o taxe de injusto, por isso mesmo que, para quem o praticou, haverá sempre uma circunstância favorável que o atenua. N’este conceito evitei, quanto me foi possível, comprometer a honra ou ferir o amor próprio de qualquer homem, que estivesse vivo, contentando-me com referir os acontecimentos, como se passaram, e deixando à posteridade o direito de julgá-los (LIMA, 1843, p. XI-XII).

As confissões de Abreu e Lima demonstravam preocupação com o que seria uma história do tempo presente, já que ser imparcial em tal situação lhe parecia impossível, muitos atores dos eventos estavam vivos e era preciso resguardar a “arca do sigilo” (GUIMARÃES, 1995, p. 516-522). Tentando fugir do possível embaraço, optou por se apresentar como cronista e sem emitir muitas opiniões, o que indica que no início da década de 1840 a escrita permanecia marcada pelo respeito à cronologia dos fatos, numa história linear e contínua. Com essas precauções, acreditava narrar os acontecimentos como eles se passaram e isso bastava. O *Compêndio* de Lima era um exemplo de sinopse histórica, um trabalho que procurava registrar a sucessão dos eventos como um processo finito e compreensível. Conforme Nelson Schapochnik, na tentativa de reverter o quadro de dispersão documental e oferecer ao leitor da Revista do IHGB um panorama da marcha da civilização brasileira, adotou-se esta forma de relato que forjava uma ideia de processo histórico linear, tratando de fatos que ocorreram em momentos pontuais e sem intervenção do locutor, como se falassem por si mesmos (SCHAPOCHNIK, 1992, p. 25).

Varnhagen também diferenciou historiador e cronista, declarando que “Como *cronista* poderei ser mais adulator ou panegirista, como historiador produziria efeitos negativos” (VARNHAGEN, 1961, p. 247, grifo do autor), o que pode ser mais bem compreendido se observar o significado de ambos naquele momento. Tanto no *Dicionário* de Moraes e Silva, quanto no de Silva Pinto, cronista era o escritor de crônica, definida como uma “[...] história que se refere às coisas pela ordem dos tempos” (PINTO, 1832, p. 237). No *Dicionário da língua portuguesa* de Faria, historiador tinha historiógrafo como sinônimo e mesmo ambos sendo “literatos” que escreviam história,

difeririam as circunstâncias e os modos de fazer. Diferente de historiógrafo, fixado como simples analista que reunia materiais e era pensionado do Estado ou de um príncipe para escrever sua história, correspondendo basicamente ao que se chamava cronista; o historiador compunha uma história, sem ser pensionado, quase sempre não contemporânea. Era o que escolhia, punha em ordem, examinava os fatos, julgava os homens e as coisas, costumando ser menos adulator e mais imparcial que o historiógrafo (FARIA, 1859, p. 326).

A diferença entre historiador e cronista, residiria no fato de que, enquanto o cronista se ocupava em ordenar a sucessão dos fatos e se permitia adular seu benfeitor, o grande compromisso de um historiador era com a verdade. Varnhagen era patrocinado por D. Pedro II, como tantos outros contemporâneos, mas segundo ele mesmo, jamais adulator, pelo menos era o que repetidamente escrevia e talvez acreditasse. Uma rápida olhada na *Correspondência ativa* derruba tal argumento.

A grande questão, porém, que uniu os nomes de Varnhagen e Abreu e Lima se deu em torno da acusação, feita pelo primeiro, de que o *Compêndio* era fruto de um plágio. Ferrenho crítico dos plagiadores, Varnhagen remeteu ao Instituto Histórico um parecer qualificando Lima de “plagiário de 2º grau”, pois a obra seria uma cópia textual do livro do “insignificante” Alphonse de Beauchamp que, por sua vez, já era uma cópia da *History of Brazil* de Robert Southey (1810). No *Primeiro Juízo* (1844), escreveu que o escritor francês “como escritor público, não inspira outro sentimento senão o desprezo”, visto que “aproveita-se do trabalho alheio” e ainda assim “procura disfarçar o plágio, dá a algumas ideias novas formas, suprime outras, sacrifica muitas vezes a verdade histórica ao estilo fascinador, e portanto mais perigoso” (VARNHAGEN, 1844, p. 63-64). Estendendo-se por mais censuras e defesas, a discussão que começou tratando de questões relativas à escrita da história logo evoluiu para acusações pessoais, recheadas de insultos de níveis variados, mais parecendo uma briga de inimigos de longa data, já que acabou envolvendo Cunha Barbosa, desafeto político de Lima desde a época das Regências.

O que pretendo chamar atenção com esse episódio é que Varnhagen dizia escrever de forma conscienciosa e não perdoava quem desrespeitasse a “sagrada” propriedade do entendimento, contudo, ele mesmo tinha problemas de citação em seus trabalhos. Ao anotar a *História Geral*, Capistrano de Abreu afirmou que o autor era muito mais descuidado e inexato do que pensava inicialmente e que “[...] pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência” (ABREU, 1977, p. 165 *apud* GONTIJO, 2005, p. 171). Ratificando o exposto do autor no corpo do texto, a citação funcionava como condição

de autoridade. Enquanto pressuposto de uma historiografia moderna, as notas conferem legitimidade e autoridade a um escritor (GRAFTON, 1998, p. 19), daí a importância das notas de pé de página, por exemplo, para esta historiografia em processo de profissionalização. Todavia, certa ausência delas não foi apanágio da obra varnhageniana.

Varnhagen também foi acusado pelo geógrafo francês Armand D’Avezac de apenas seguir o programa de Karl von Martius, embora nunca tenha confirmado. Capistrano de Abreu fizera esta observação:

D’Avezac já observou que, na realização da história do Brasil, o visconde de Porto Seguro se cingiu ao programa traçado magistralmente pelo grande naturalista Martius. É uma observação esta muito justa, e que salta aos olhos de quem conhece o trabalho de Martius e o de Varnhagen. O que, porém, ainda não foi notado, é que na segunda edição o autor da *Historia Geral* enxertou nas ideias de Martius as vistas luminosas de d’Avesac, contra as quais a princípio protestara energicamente. Com o plano de Martius, Varnhagen atirou-se francamente ao estudo. (ABREU, 1931, p. 196, grifo do autor).

De fato, é possível observar na produção de Varnhagen, como também em outros autores como João Francisco Lisboa no *Jornal de Timon* (1852-1858), temas que foram recomendados por Martius ao historiador do Brasil, como o estudo geral sobre os índios, direitos dos colonos e legislação colonial. A própria ideia da miscigenação, pela qual índios e negros desapareceriam dentro da superioridade branca, havia aparecido na Dissertação do botânico, como bem antes já aparecera na *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura* (1823) de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Nesses termos, seria possível concluir que autores como D’Avezac e Abreu estavam corretos em sua declaração? Não se pode negar a presença de aspectos do programa do naturalista alemão nos trabalhos de Varnhagen, mas afirmar categoricamente que a obra do autor se resumia a uma aplicação direta do texto de Martius seria reduzir em muito o vasto esforço de pesquisa que realizou desde jovem. Martius forneceu o “modelo” que se tornou influente na produção da história do Brasil (exatamente o escopo do concurso do qual participou), o que não significa que tudo o que se escreveu depois dele o seguiu metodicamente. Varnhagen tinha uma concepção de história diferente, além de ter feito séria oposição ao modo como Martius tratou o indígena, com chance de ter sua dignidade reabilitada pelo contato com o branco.

Em carta ao colega Araújo Porto-Alegre, defendeu-se da acusação alegando que para um homem “[...] que meditou a sua obra é injusto dizer-lhe que achou para ela o

programa feito por Martius, quando aliás o achou também em todos os tratados do dia acerca do modo como se deve escrever a história geral de qualquer nação” (VARNHAGEN, 1961, p. 251-252).

Segundo a crítica de Silvio Romero, exagerou-se o valor do texto de Martius, chegando-se a atribuir a ele ideias trabalhadas por autores brasileiros como o reduzido número de índios no país (Varnhagen), o florescimento das instituições municipais no período colonial (João Francisco Lisboa), a contribuição de índios, negros e brancos para a história do país (o próprio Romero). Protestando em “honra da inteligência nacional”, o crítico sergipano declarou que não era preciso um alemão ensinar como se deveria escrever a história do Brasil, seguindo um critério mais científico ou filosófico, além de que seus ensinamentos eram evidentes (“triviais”) e correntes em todos os cronistas anteriores como Fernão Cardim, Antonil, Cairu, entre outros. Para arrematar: a Dissertação era um “tecido de despropósitos” que não se “elevava acima da mediana” (ROMERO, 1980, p. 1521-1533).

Do ponto de vista da periodização, a *História Geral* não inovou, obedecendo basicamente a cronologia, mas sem reunir os fatos, agrupá-los e relacioná-los em períodos característicos (RODRIGUES, 1978, p. 132), Varnhagen optou pela divisão em seções. Nesse sentido, outra crítica de D’Avezac foi a de que o historiador errou ao tratar dos índios apenas na seção VIII do primeiro Tomo da *História Geral*³. Capistrano de Abreu observou que essa censura provocou mudanças sensíveis na segunda edição do livro, pois nesta os capítulos referentes aos indígenas apareceram no início do volume (ABREU, 1931a, p. 196). A versão oficial de Varnhagen, todavia, foi a de que mudou para conferir maior harmonia ao todo, transferindo a seção respectiva à descrição do Brasil em geral para o princípio e “[...] seguindo-se as respectivas aos índios, as quais, não só onde estavam causavam grande interrupção no fio da narração, como ficam desta forma constituindo melhor ponto de partida da obra toda” (VARNHAGEN, 1877, p. XVI).

E Varnhagen se preocupava muito com o ponto de partida. Leitor de Alexis de Tocqueville, citou no “Prólogo” da *História Geral* de 1877 uma fala deste, como carta de recomendação a quem desconsiderasse a importância do estudo da história colonial. Tratava-se do trecho no qual Tocqueville afirmou que não havia um só acontecimento que o ponto de partida não pudesse explicar sem dificuldade, pois “[...] os povos sempre se ressentem de sua origem. As circunstâncias que acompanharam seu nascimento e

³ Saliente-se que Varnhagen havia explicado a disposição dos referidos capítulos nas notas ao final do Tomo I. Na ocasião escreveu: “Nota 44, p. 88: A secção 7ª, bem como as três seguintes poderiam passar ao princípio da obra sem prejudicar o arranjo total dela. Pareceu-nos porém que com o método que nesta edição, pelo menos, adotamos, a ligamos melhor à história da humanidade em geral, na qual a do nosso país há de um dia vir a figurar.” (VARNHAGEN, 1854, p. 446)

serviram para seu desenvolvimento influem sobre todo o resto de sua carreira”, por ele seria possível descobrir a causa “de tudo o que compõe o que se chama caráter nacional” (TOCQUEVILLE, 2005, 36-37).

Varnhagen quis que a civilização europeia fosse o ponto de partida da civilização brasileira. Trazer as seções VII, VIII, IX e X do Tomo I para as posições I, II, III e IV na reedição do mesmo não alterava o argumento básico de colocar o Brasil num espectro europeu, via colonização portuguesa⁴. Com a mudança, a primeira seção deixou de tratar do “descobrimento” da América Central e navegações lusas para já começar com a descrição do território mais tarde chamado Brasil, no momento da chegada de Pedro Álvares Cabral. O historiador brasileiro tinha de ter como horizonte de escrita o desenvolvimento da civilização do país. Assim, quais seriam os dotes para tal historiador?

Como se deveria escrever a história do Império

Em 1852, Varnhagen escreveu um texto intitulado *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*. Segundo Pedro Puntoni (2003, p. 638), foi a leitura da introdução de Gonçalves Dias aos *Anais Históricos do Maranhão* (1749, reeditada em 1849), de Bernardo Berredo, que o levou a redigir este memorial anti-indianista, base de sua crítica à operação ideológica dos românticos. Varnhagen noticiou sobre este trabalho no “Discurso preliminar” que introduziu o Tomo II da *História Geral*, afirmando em nota que este era o desenvolvimento de outro “escrito em 1852 com o título: Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil? [...] este ano lido em duas sessões da Academia da História de Madri” (VARNHAGEN, 1857, p. XV). No ano em que escreveu, falara dele ao Imperador em carta de 18 de julho, remetendo-lhe para “Dar-lhe o destino que mais conveniente Julgue” (VARNHAGEN, 1961, p. 188).

Neste artigo, o que importa reter sobre tal trabalho foi sua afirmação de que para alcançar o título de historiador naquele século era preciso ser erudito no assunto sobre o qual fosse se debruçar, filósofo, literato e, se necessário, até poeta (VARNHAGEN, 1948, p. 229-230 *apud* SANTOS, 2011, p. 191). A erudição era importante para a escrita histórica, estava relacionada ao levantamento e análise crítica dos fatos colhidos na documentação. Varnhagen coligiu muitos documentos sobre o Brasil em arquivos estrangeiros que não haviam sido trabalhados anteriormente. Em carta ao Primeiro-secretário do IHGB Cunha Barbosa, explicou o procedimento:

⁴ Seção VII: Descrição do Brasil, com sua extensão atual; Seção VIII: Dos índios do Brasil em geral; Seção IX: Dos tupis e guaranis em particular; Seção X: Ideias religiosas e organização social dos tupis.

[...] por ora ainda me acho no primeiro século, graças à riqueza dos documentos que cada dia vou achando na Torre do Tombo, e de que por ora não me ocupo de tirar cópias, porém só apontamentos. Na minha Memória intitulada – As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil – se encontram já muitos fatos históricos, que pela primeira vez aparecem conhecidos. [...] Porém, ainda que as minhas averiguações hoje sejam relativas às épocas mais remotas, não me descuido de diligenciar e obter cópias do que é importante ainda mais moderno (VARNHAGEN, 1961, p. 92).

Competia ao historiador realizar o duplo trabalho de pesquisa documental e ratificação de seu texto com a citação, a prova do trabalho fundamentado e validado na documentação. Nesse sentido, nos *Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares* (1851), informou que:

[...] nos presentes comentários, não repetiremos quanto dissemos nas *Reflexões críticas* [...] Além de havermos em alguns pontos melhorado nossas opiniões, evitaremos aqui de consignar citações que pudessem julgar-se nascidas do desejo de ostentar erudição; desejo que se existiu em nós alguma vez, quando principiantes, por certo que já hoje nos não apoquento (VARNHAGEN, 1851, p. 368).

Varnhagen preferia não repetir o que já havia anotado no trabalho anterior, aparentemente considerava suficiente que o leitor se atentasse a ambos e, dessa maneira, eliminasse a necessidade das informações já conhecidas. Em outra chave, poderia esperar que o leitor acreditasse em sua palavra, já que se garantia amparado nas fontes. A erudição confirmava o trabalho de averiguação do material pelo pesquisador.

O outro dote do historiador era ser filósofo, pois:

[...] se não tem muito discernimento crítico (para o qual se necessita luzes gerais dos conhecimentos humanos), se é elevado pela paixão, máxime por impulsos menos nobres do ódio, ou de despeito, ou de vingança, se não é dotado de independência de caráter, se não professa sãs máximas de política e de ciências do governo, aplicáveis ao seu país, a sua obra será apenas uma crônica, mais ou menos bem escrita [...] (VARNHAGEN, 1948, p. 229-230 *apud* SANTOS, 2011, p. 191).

Não objetivando desenvolver uma filosofia da história, a dita “pobreza filosófica” de Varnhagen foi assinalada logo nos elogios de Basílio de Magalhães e Oliveira Lima, para quem, no autor, “superabundava em erudição o que escasseava [...] em espírito propriamente filosófico”, pois a orientação que a sua “[...] inteligência pudesse ter manifestado de começo para a consideração das causas dos acontecimentos [...] desviou-

se na continuação pela insistente pesquisa de documentos para o restabelecimento da verdade dos efeitos ou fatos” (LIMA, 1903, s/p).

Diante desse quadro, como seria preservada a objetividade levando em conta as demandas políticas? Varnhagen responderia que a defesa do interesse nacional permitiria, fazendo essa relação quando escreveu, por exemplo, que a “[...] integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional” (VARNHAGEN, 1857, p. VI), ressaltando seu próprio trabalho.

Na reedição da *História Geral* em 1877, enunciou:

Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência; e que perante o tribunal dela, o historiógrafo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os fatos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve, feito o seu alegado com o possível laconismo, sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça (VARNHAGEN, 1877, p. XII).

Varnhagen examinou os fatos sob o ponto de vista da autenticidade, integridade e credibilidade, contudo, teria se limitado a construir uma narração reunindo esses dados autênticos sem uma maior interpretação. Para José Honório Rodrigues (1978, p. 309), algumas vezes ele foi incapaz de interpretar por insuficiência filosófica e teórica, revisitando uma reflexão de Capistrano de Abreu num ensaio de 1882, quando este escreveu que nas mãos de Varnhagen a história se uniformizava, de modo que pessoas que conheciam a história pátria, infinitamente menos que ele, perceberiam que em seu trabalho as épocas se sucediam sem se parecerem e, por vezes, sem se continuarem (ABREU, 1931b, p. 206). Um contemporâneo de Abreu, João Ribeiro, fez avaliação semelhante, pois entendia que para “fazer história”, entre outras coisas, eram indispensáveis as qualidades literárias, o senso crítico e a arte de bem escrever. Em seu entender,

Os nossos historiadores, e Varnhagen é um exemplo modelar, confundem a historiografia e a história, e fazem da vida uma função de arquivos e cartórios. Este seco e árido materialismo dos papéis velhos embota a imaginação e, armando aos papalvos, com seu cemitério de almas penadas, impede a comunicação com os vivos. É verdade que os ossos ficam e são por isso mais acessíveis; todavia, o passado não pode ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma (RIBEIRO, 1961, p. 5 *apud* GONTIJO, 2005, p. 175).

Novamente Abreu, agora no *Necrológio do Visconde de Porto Seguro* de 1878, ponderou que faltava ao historiador paulista o “espírito plástico e simpático” (ABREU,

1931a, p. 138), o que equivalia ao cemitério de almas penadas de que falara Ribeiro. Pelos pareceres de Rodrigues, Ribeiro e Abreu, Varnhagen teria sido mal sucedido em três aspectos que ele mesmo considerava importantes para a escrita histórica.

Na narrativa varnhageniana, o historiador se comportava como juiz, sendo-lhe facultada a distribuição de elogios e punições. Palmas mereciam, por exemplo, o Imperador D. Pedro II, organizador do Império e “monarca amigo das letras”, por outro lado, sentenças foram distribuídas para os envolvidos na Conjuração Baiana (1798), para o autor, uma clara possibilidade de reedição dos “horrores” que ocorreram na França e no Haiti (VARNHAGEN, 1857, p. 292). Nessa narração também deveriam constar os nomes que fizeram parte da construção da nação. É preciso salientar que para compor o quadro dos “heróis” nacionais não figuraram só brancos. Não se está questionando a defesa que ele fazia da superioridade da raça branca, esse foi um aspecto estrutural de sua obra, porém, um “herói” da narrativa varnhageniana seria, mais que um branco, alguém que estava do “lado” do Brasil, de maneira que, junto com o branco André Vidal, poderiam aparecer o negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão.

O ser brasileiro se constituía por oposição ao estrangeiro, o que não significava odiar o estrangeiro, que poderia ser um amigo do Brasil. Seu patriotismo não era pautado no ódio àquele, como reafirmou diversas vezes, por exemplo, na carta de 14 de julho de 1857 a D. Pedro II, em que falou de buscar inspirações de patriotismo sem ser no ódio a Portugal ou à “*extrangeira* Europa” (VARNHAGEN, 1857, p. 247, grifo do autor).

No caso das invasões holandesas do século XVII, afirmou que apenas o contato com a cultura holandesa teria sido suficiente para melhorar o nível das então Capitânicas da Bahia e Pernambuco. Ao estrangeiro que derramasse seu sangue pelo Brasil seria conferido “pelo batismo do sangue a mais valiosa carta de naturalização...” (VARNHAGEN, 1854, p. 337). Esses personagens ministraram exemplos de patriotismo para as gerações posteriores e a história também tinha essa utilidade. Os trabalhos acerca da história pátria poderiam prestar auxílios ao estadista, jurisconsulto, diplomata, naturalista e aos vários artistas, além de fazer com que os súditos fossem “[...] úteis ao saber humano em geral, entrando na grande comunhão científico-literária europeia, de que por outro lado tantos auxílios recebemos, por meio da oferta de novos dados [...], em proveito da ilustração do país” (VARNHAGEN, 1857, p. VII).

Para Laura Oliveira, as prescrições expostas por Varnhagen lembram autores como Luciano de Samósata, Horácio e Tucídides, de modo que sua obra teria sido estruturada a partir de uma releitura dos clássicos antigos ao buscar tanto a concepção da história utilitária, quanto a noção de que a atividade do historiador era eminentemente judicativa (OLIVEIRA, 2007, p. 77). Nesse sentido, em carta ao Imperador, o autor

manifestou contentamento por conta dos elogios recebidos de von Martius, para quem a *História Geral* era uma obra que “[...] respira tanto patriotismo, tão clássico sentimento moral antigo, tão são desejo de melhorar a ordem social, - uma obra que respira toda a gravidade, pela qual os antigos tanto nos encantam” (VARNHAGEN, 1961, p. 259), demonstrando a ainda influente presença dos clássicos antigos nessa historiografia, não como imitação, mas ressignificada.

Como último dote prescrito em *Como se deve entender...* estava o de que o historiador deveria ser literato ou mesmo poeta, no sentido de ter uma escrita agradável, não como licença para improvisar. O historiador não precisava ser “florido”, contudo, uma história mal escrita não despertaria o interesse do público, por isso a preocupação literária. Sobre a redação da *História Geral* notificou no “Prefácio”:

[...] o estilo depende muitas vezes das disposições do ânimo, originadas de causas que nem sempre está em nós remover. – Demais: no primeiro volume desta obra, principalmente, capítulo há escrito com diferença de cinco ou seis anos do que lhe está vizinho; segundo no-lo permitiam as ocasiões de que então dispunhâmos, para ir pondo em ordem, e tirando do caos, os apontamentos que tínhamos, e que até certo ponto nos escravizavam a pena. [...] A linguagem estudamos que saísse castiça e de boa lei (VARNHAGEN, 1857, p. XI-XII).

As colocações deste trecho apontam para as lições sobre estilo apresentadas pelo Conde de Buffon no *Discurso* de 1753, segundo as quais não haveria nada de mais antagônico ao belo natural do que o esforço em exprimir coisas ordinárias ou comuns de um modo pomposo. Era preciso dominar o tema e refletir sobre ele “[...] para divisar com clareza a ordem dos seus pensamentos e deles elaborar uma sequência, uma cadeia contínua, em que cada ponto representa uma ideia”, assim estaria assegurada a unidade, tornando o texto “preciso e simples, igual e claro, vivo e contínuo” (BUFFON, 2011, p. 9-10). Varnhagen recomendava uma escrita elegante e sem excessos, mas reconhecia que as distâncias de escrita entre uma seção e outra de seu trabalho atrapalharam a unidade do estilo.

Um trabalho em que demonstrou grande preocupação nesse sentido foi a *Crônica do descobrimento do Brasil*. A *Crônica* foi publicada entre 18 de janeiro e 28 de março de 1840 no jornal *O Panorama*, nela, Varnhagen fez o relato romanceado da chegada de Pedro Álvares Cabral nas terras que seriam denominadas de Brasil, com destaque para a *Carta* do escrivão oficial da esquadra ao Rei de Portugal. A escolha da temática tinha a ver com a premente necessidade de se criar uma gênese para a nação brasileira de então, e na perspectiva de Varnhagen o passado mais recuado do Brasil era justamente a chegada da esquadra cabralina, logo, as raízes brasileiras estariam na colonização

lusitana. O fato de o opúsculo ter saído em *O Panorama* evidencia que a perspectiva nacionalista do autor estava ligada aos pressupostos românticos em voga naquele período, pois, diferente de sua relação com os chamados indianistas no Brasil, em Portugal esteve associado ao periódico que mais animou o movimento romântico, contando inclusive com Alexandre Herculano em sua redação nos primeiros anos (1837-1839), além de ser publicado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, a mesma tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual Varnhagen foi admitido sócio desde 1839 com as *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI*, apadrinhado pelo Barão de Eschwege, outro alemão que serviu ao Estado português, companheiro de Friedrich Varnhagen nos tempos da Fábrica de Ferro. Varnhagen descobriu que se tratava da autoria de Gabriel Soares de Sousa.

Colocando lado a lado episódios reais e personagens referenciais com personagens ficcionais, a *Crônica* é um exemplo de “ficção histórica”, pois estabeleceu uma tensão entre a ficção e a história, relacionando a personagem inventada e a histórica. Como uma recriação ficcional do “Descobrimento” do Brasil, é um trabalho que pode questionar os elementos definidores da história e da ficção no contexto oitocentista, pois nele a ficcionalidade foi obtida a partir de um documento “oficial”, a *Carta de Caminha* (TASCA, 2012, p. 113). Aliás, o personagem Caminha é um exemplo de reconstrução ficcional de uma personagem histórica que oscila entre o relato documental e a recriação imaginativa, mas Varnhagen remeteu mais ao relato original, utilizando vários trechos literais de suas fontes para compor o trabalho. O capítulo em que tratou dos indígenas, por exemplo, foi retirado em grande parte do relato do escrivão da esquadra.

No conjunto, os preceitos de Varnhagen encontram as colocações de Leopold von Ranke quando este afirmou que a história enquanto ciência se aproximava da filosofia e enquanto arte, da poesia. A diferença estava no fato de que filosofia e poesia, de maneira análoga, se movimentam no plano das ideias, enquanto a história não tem como prescindir do plano real. Para Ranke, esta precisava ser ciência e arte ao mesmo tempo, entendendo-se que a própria existência da arte atesta sua validade, já a ciência, bem como seus conceitos, tem de ser estudada em profundidade e ser clara (RANKE, 2015, p. 202-203).

Segundo Varnhagen, o método do historiador consistia em examinar o documento, buscando a verdade dos fatos nele contido e apurando essa verdade por meio das provas levantadas, com isso poderia transmitir a sentença ao público, imparcialmente. Outro momento importante da pesquisa histórica para o autor eram as viagens. Em carta ao Imperador, descreveu certo itinerário: dentre outras cidades,

passou por Roterdã, Amsterdã, Utrecht, Berlim, Potsdam, Viena, Munique, Genebra, Lyon, Montpellier, Barcelona, completando que tudo isso se deu “[...] rapidamente, já se vê, e só à força de atividade, e de considerar o viajar e o tempo, uma espécie de obrigação” (VARNHAGEN, 1961, p. 210). Cezar anotou que isso derivava de um princípio antigo utilizado pelo autor, a autópsia, nela, a visão surgia como fundamento epistemológico do ato de pesquisar (CEZAR, 2018, p. 57).

Para Arno Wehling (1999, p. 44-132), Varnhagen pertenceu a uma geração influenciada pelo movimento romântico, atribuindo maior importância à pesquisa documental, para realizar um trabalho mais consistente. Sua obra corresponderia ao historicismo romântico-erudito que os historiadores alemães denominaram historicismo, privilegiando a explicação hermenêutica, a investigação empírica e o domínio de técnica de análise documental, derivando, portanto, de uma fundamentação historicista e estatista. Em leitura análoga, José Honório Rodrigues afirmou que Varnhagen foi influenciado pela metodologia alemã e pela diplomática francesa (RODRIGUES, 1978, p. 309).

No entanto, parece apressado “encaixar” Varnhagen em uma “escola”. Pensando obras importantes do século XIX nesse sentido, tem-se que Varnhagen não leu os *Grundriss der Historik* de Johann Droysen pelo menos até antes da primeira edição da *História Geral*, aferível por uma questão de datas, 1858 e 1854-57, respectivamente. Quanto ao manual *Introduction aux études historiques*, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, só foi publicado em 1898, portanto, uma década após a morte de Varnhagen. Esses fatores, porém, não impedem de reconhecer nele aspectos característicos da produção histórica de seu tempo.

Um exemplo prático pode ser encontrado na obra de Estevão de Rezende Martins que ressaltou que na historiografia de inspiração historicista as elaborações teóricas podem ser localizadas nas introduções, nos posfácios, nos resumos ou outros tipos de reflexão conclusiva nos quais os autores prestam contas ao leitor dos referenciais que orientaram sua pesquisa (MARTINS, 2008, p. 28). No caso de Varnhagen essa observação é muito válida, porque geralmente fazia essas apreciações nos prefácios, menos no corpo do trabalho. Porém, o próprio autor confessou não ter seguido servilmente nenhum modelo para escolher os assuntos que trataria. Fez-se historiador escrevendo história. Lucia Guimarães (2018, s/p) pontuou que ele foi um historiador predominantemente empírico, o que não significava ausência de embasamento teórico. Por razões como essa, determinar quem pode ter sido seus principais interlocutores não é tarefa das mais simples. Tendo lido/citado textualmente ou não Ranke, Droysen ou outros contemporâneos, aproximou-se manifestamente deles. Droysen escreveu que “[...] em nossa ciência, talvez o grande mérito da Escola Crítica, [...] dentro de uma

perspectiva metodológica, seja o de ter inculcado a visão de que a comprovação das “fontes” [...] é o fundamento de nossos estudos” (DROYSEN, 2015, p. 41), Varnhagen frequentemente afirmou que seu trabalho estava amparado nas fontes mais puras, podendo ser comprovado por elas.

Falando em imparcialidade, tinha dificuldade em respeitar este princípio. Um exemplo dos mais curiosos foi ter dedicado uma seção (elogiosa) de sua principal obra ao trabalho do próprio pai na Fábrica de Ferro do Ipanema, no interior de São Paulo (Tomo II da *História Geral*), argumentando tratar da fundição de ferro no Brasil. Ele mesmo reconhecia quão “[...] espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a poucos anos não o será” (VARNHAGEN, 1961, p. 201), referindo-se ao período da Independência, o que não o impediu de escrever uma *História da Independência*, publicada postumamente (1916), ainda que uma história do tempo presente fosse um gênero pouco recomendado na época, inclusive dentro do Instituto.

Sobre uma história do Brasil escrita por índios e negros conjecturou que:

Um índio que escrevesse a história *da Conquista* não teria que cansar-se muito para nos dizer que *para ele* tudo quanto haviam feito os Europeus fora violência, ilegitimidade, usurpação; e com inscrever estas três palavras no frontispício de um livro em branco satisfaria a sua missão, sem rebuscar documentos nos arquivos *inimigos*; pois que lhe faltaria tempo para contar-nos a miséria, degradação e antropofagia dos seus. — Eis a história *nacional* se os índios do mato conquistassem todo o Brasil, e se este tivesse por chefe a um Ambiré e por armas uma frecha índia espetando a caveira de um cristão. [...] Um infeliz Africano, que escrevesse a história do cativo hereditário, poderia também compendiar a sua obra exclamando: Engano, crueldade e escravidão! (VARNHAGEN, 1857, p. XXV-XXVI, grifo do autor)

Interessa atentar para os grifos em itálico do texto. Diluído no sarcasmo que empregou para tratar de uma eventual história escrita do ponto de vista de índios e negros, Varnhagen revelou outros aspectos que compunham seu modo de pensar essas questões. A história da Conquista que um indígena ou escravo escrevesse seria inválida porque não revelaria o todo nacional, apenas uma parte e não a principal, pois não representavam uma nação que se queria civilizada. No esforço do autor, não havia incompatibilidade em valorizar a ocupação portuguesa do território e o desejo de independência.

Cabe destacar, porém, que a maior parte das críticas à sua obra são relativas ao seu estilo de escrita, frequentemente descrito como pouco brilhante, ou como aquele que privilegiava temáticas em detrimento de outras, por exemplo, não ao que ele decidiu colocar como “nacional” (CEZAR, 2007, p. 171). Nesse sentido, em carta de 1890 ao Barão

do Rio Branco, Capistrano de Abreu deu conta de sua resolução em escrever “uma História modesta, a grandes traços e largas malhas”, por querer “encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados” e “dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino” (ABREU, 1977, p. 130 *apud* GONTIJO, 2005, p. 174). Abreu queria apresentar outra história que não a tal “massa ciclópica de materiais” (ABREU, 1931a, p. 135) que Varnhagen teria acumulado e chamado *História Geral do Brasil*.

Considerações finais

Uma das grandes preocupações do Oitocentos brasileiro foi a escrita de uma história nacional. O historiador erudito, filósofo, literato e se preciso poeta do Brasil seria o que produzisse uma narrativa afinada com o projeto de construção da unidade da nação, e tentando observar esses dotes que via como necessários ao ofício daquele, Varnhagen foi um artifice dessa produção, sua obra como um todo, e em especial a *História Geral do Brasil*, fez parte desse esforço de dar ao Império uma história digna de o colocar entre as nações mais civilizadas do mundo.

Referências

ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. *In*: ABREU, Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931a. p. 127-141.

ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *In*: ABREU, Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931b. p. 195-217.

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BUFFON, Georges-Louis Leclerc de. *Discurso sobre o estilo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método (1868). *In*: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 37-46.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FARIA, Eduardo de. *Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos*. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, p. 459- 613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2018. 4. v. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6PhNDwAAQBAJ&pg=PT7&hl=ptBR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 3 out. 2018.

LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 223, p. 82-297, abr./jun. 1954.

LIMA, José Inácio de Abreu e. Prefácio. In: LIMA, José Inácio de Abreu e. *Compêndio da História do Brasil*. TOMO I. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. p. 5-12.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Elogio a Varnhagen*. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 jul. 2017.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAÚJO, Valdei Lopes et. al. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 15-48.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO XXVI, p. 121-143, 1863.

MICHELET, Jules. Prefácio de 1868. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010. p. 98-112.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. 2007. 293 f. Tese. (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Tip. de Silva, 1832.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 633-675.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 202-214.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

ROMERO, Sílvio. Diversas manifestações na prosa – história. In: ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 5. v. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980. p. 1521-1556.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Uma história da história. In: SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. 1992. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. f. 7-86.

SILVA, Taíse Quadros da. Introdução. In: SILVA, Taíse Quadros da. *A reescritura da tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen 1854-1857*. 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. f. 12-21.

TASCA, Michelle Fernanda. *A ficção histórica oitocentista: as configurações do histórico e do literário em Varnhagen e Alexandre Herculano*. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: Leis e Costumes*. 1. v. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu Sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do “Compêndio da História do Brasil” pelo Sr. José Ignácio de Abreu Lima. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, p. 60-83, 1844.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares. *RIHGB*, TOMO XV, p. 367-415, 1851.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). *In*: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. 2011. 195 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. f. 191-195.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.